



# Barreiro com responsabilidade na produção nacional, na criação de riqueza, na geração de emprego

Rui Lopo, Vereador na Câmara Municipal do Barreiro.

A realidade objectiva do concelho do Barreiro é marcada nestes 3 anos de mandato CDU por desenvolvimentos antagónicos nos factores que, munidos de características exógenas ao concelho, influenciam determinadamente o mandato da CDU e o desempenho do Vereador de "Os Verdes" na Câmara Municipal do Barreiro, com competências delegadas genericamente em matérias do Planeamento e Ordenamento do Território, da Mobilidade e Transportes, e do Urbanismo.

O Barreiro estava há 3 anos confrontado com a amarração de um investimento estratégico nacional, a Terceira Travessia do Tejo (TTT) com a valência ferroviária, rodoviária e alta velocidade (TGV) e com esta valência, a possibilidade de se instalar no concelho do Parque de Materiais e Oficinas do TGV, com a proximidade geográfica da localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete (NAL no CTA) e ainda, uma influência estratégica importante de e para o desenvolvimento da Plataforma Logística do Poceirão, e é neste quadro que se estava a desenvolver o Plano de Urbanização do Território da Quimiparque ao qual se junta o território ferroviário (PUTQAE), num total de 600 hectares e um forte pendor de actividade portuária, mais de 20% da área útil do concelho, projecto que sendo de iniciativa autárquica, mais tarde forçou e integrou a formalização do projecto do Arco Ribeirinho Sul, iniciativa conjunta entre o Governo e os Municípios do Barreiro, Seixal e Almada para regeneração dos territórios ex-industriais da península de Setúbal.

É neste contexto que a revisão do Plano Director Municipal já se havia iniciado, assim como do PUTQAE e inclusive a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML, no qual o Barreiro participou activamente), exactamente motivada pela localização a sul, dos investimentos

estratégicos. É neste exacto quadro que em consórcio liderado pelo Barreiro, os municípios do Seixal, de Palmela, de Sesimbra e da Moita, decidiram elaborar um Plano de Mobilidade que estude a bacia de influência da TTT.

Apesar de apenas três anos decorridos as opções estratégicas do Governo alteraram-se, a revisão do PROT AML foi suspensa, e desta forma um conjunto de instrumentos são directamente afectados pela medida.

É este o quadro em que a coerência estratégica e a firmeza de posições, nos permite afirmar a qualidade de opções políticas tomadas até então, mesmo que num apelidado contexto diferente.

É desta forma que os desenvolvimentos na revisão do PDM nos permitem perspectivar até final de 2013 a concretização de um instrumento de gestão e de visão estratégica para o Barreiro de 2025, apesar do contexto de incerteza estratégica nacional e regional, em que a visão continua a contar com o Barreiro que afirma a sua responsabilidade na produção nacional, na criação de riqueza, na geração de emprego, afirmando que a regeneração do território da Quimiparque (ex-Cuf) se faz com a concretização do PUQAE, com investimentos portuários, com a concretização do Arco Ribeirinho Sul e com a procura de melhores condições de acessibilidades regionais quer sejam rodoviárias, quer sejam ferroviárias, acessibilidades que desempenham um papel preponderante para o Barreiro: afirmar nas acessibilidades a sua centralidade geográfica.

Em linha com este trabalho os Municípios não abandonaram o Plano de Mobilidade para o Barreiro, Moita, Seixal, Palmela e Sesimbra, para activamente contribuírem com reflexões importantes para a estratégia de mobilidade regional e nacional.

Esta centralidade que se concretiza numa região em que o Tejo deve ser

interpretado como agregador, tendo o seu Plano de Ordenamento do Estuário (POET), em execução uma importância relevante nos usos que são perspectivados nesta bacia, tendo a autarquia participado activamente na comissão de acompanhamento do POET.

Para além destas densas matérias de carácter mais estratégico e planeamento, continuamos a trabalhar em questões locais relevantes e que tendem a estruturar a cidade, quer seja na procura de uma Cidade Funcional no que à mobilidade rodoviária diz respeito, procurando mitigar todos os problemas de funcionamento viário através de operações urbanísticas particulares, quer seja de uma forma mais estruturante como é o exemplo da elaboração da Rede Cicável do concelho, documento que pretende programar esta rede e estabelecer ligações intermunicipais sobre a matéria. O projecto "A Horta", que procura estruturar a rede de Hortas Urbanas é também relevante em matéria de Ordenamento e de estratégia territorial, à qual se junta o acompanhamento dos processos de reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Illegal (AUGI), processos que procuram através de iniciativas privadas, mas com forte presença técnica e política, conferir maiores condições de urbanidade a núcleos populacionais cuja origem não é urbanisticamente a mais favorável para o território.

Procuramos que no cenário de restrições orçamentais e com uma total ausência de políticas de reabilitação urbana, se vão criando condições para que o concelho encontre formas directas e indirectas de incentivar estes processos já consolidados ou os que se venham a consolidar, sendo disso exemplo a criação de uma Área de Regeneração Urbana na zona do Barreiro Velho, o estudo do alargamen-

to a outras áreas do concelho cujo edificado pode a prazo apresentar problemas graves de conservação, e diminuição progressiva do valor de taxas aplicáveis a estes processos, que actualmente são praticamente nulas.

Considerando ainda os aspectos que têm a ver com dinâmicas mais urbanas, o Barreiro tem vivido nestes últimos 3 anos, alguns processos que também regeneram a cidade em particular, no aproximar da cidade com o rio, quer seja através de operações urbanísticas particulares, como foi o caso da implantação de uma superfície comercial que permitiu a criação de uma alameda paralela ao rio Coina regenerando todo um território que estava afastado das populações e que hoje permite um usufruto da frente ribeirinha, quer seja através de operações geridas pela própria autarquia, neste caso na concretização de uma candidatura comunitária que permite investir cerca de 4 milhões de euros em duas artérias marginais ao rio Tejo e à ARU do Barreiro Velho, e numa zona de grande importância ecológica e emocional para os Barreirenses, a zona de Alburrica.

Por ultimo a gestão dos Transportes Colectivos do Barreiro, um serviço de transportes de gestão municipal, cujo desafio nestes 3 anos de contexto económico complexo se pautou pela concretização de uma estratégia orçamental que permitiu evidenciar que os transportes colectivos de gestão pública conseguem atingir rácios de gestão financeira tão eficientes como qualquer gestão privada, fazendo-o próximo das populações, atendendo às suas necessidades e preocupações, permitindo ainda enveredar por novos projectos como a recente inauguração do Espaço Mobilidade, uma loja no centro da cidade onde é possível aceder a todos os serviços promovidos pelos TCB, aproximando os serviços das populações.



## Ecolojovem - «Os Verdes» Exige um Portugal livre de OGM's

A temática dos organismos geneticamente modificados (OGM's) continua a ser uma preocupação para nós, jovens ecologistas, na medida em que se relaciona com a segurança alimentar e com as questões ambientais. Sabemos que o cultivo de OGM's é uma realidade global, mesmo havendo países que não façam a sua produção, acabam por recorrer e ter acesso a produtos geneticamente manipulados, o que torna cada vez mais necessária a existência de informação esclarecedora sobre os efeitos da utilização dos OGM's. Para tal é muito importante que estejamos atentos às ações das grandes multinacionais dedicadas à comercialização de sementes transgénicas, assim como aos estudos que a comunidade científica continua a produzir e às respostas que as entidades governativas dão a cada situação e a cada novo

dado disponibilizado. Não podemos esquecer que grande parte dos estudos sobre os quais se baseiam as decisões de aprovar ou reprovarem determinado

OGM são realizados pelas próprias empresas, que são parte interessada, como por exemplo, o estudo que a multinacional Monsanto fez recentemente, cuja duração foi de três meses, concluindo que o milho NK603 era inócuo. No entanto, acerca deste mesmo milho, surgiu um estudo de uma equipa de cientistas franceses que apontava para a sua perigosidade sobre a saúde humana.

Este é só mais um caso de estudos contraditórios, que demonstra a importância da aplicação daquilo que é designado por «princípio da precaução», como forma de garantir a segurança dos consumidores. Este princípio, consagrado na própria legislação comunitária, deve ser aplicado em Portugal enquanto não forem apuradas as consequências que poderão

ser nefastas para a saúde do próprio Homem e da sua descendência, a médio e a longo prazo.

Em relação ao ambiente, a introdução de OGM's poderá ter como possíveis consequências o empobrecimento da biodiversidade, através do aumento da poluição genética, constituída por pólenes de origem transgénica a interagirem com as variedades convencionais; a eliminação de insetos e microrganismos benéficos ao equilíbrio ecológico; e ainda o desenvolvimento de plantas e animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos e a outros químicos.

A Ecolojovem - «Os Verdes» é a favor da aplicação do princípio da precaução, pois entende que o uso generalizado de transgénicos na agricultura tem riscos incontroláveis de contaminação, e que o nosso país, pela sua pequena dimensão e existência de métodos



de produção tradicionais, associados à riqueza das nossas sementes e aos produtos tradicionais/regionais de qualidade, não deve correr esses riscos. Acreditamos que a existência de mais municípios e regiões em Portugal declaradas como zonas livres de OGM's pode levar à suspensão do cultivo de transgénicos em todo o território nacional. Consideramos, ainda, que é urgente que se tomem medidas no sentido de informar, alertar e sensibilizar os consumidores para que possam fazer uma escolha segura, saudável e com qualidade..



# Estar disponível e contribuir para a mudança.



Sob pena de incorrer-mos num processo de desmantelamento e destruição de direitos sem igual e com grandes dificuldades de voltar alguma vez a voltar a recuperar os nossos direitos, liberdades e garantias, temos que agir

e derrubar este Governo e este processo de destruição do país.

De facto a escalada de assaltos dos grandes grupos financeiros, das grandes multinacionais e de grandes grupos económicos encontram nestas crises terreno fértil para lançarem os seus tentáculos e se apoderarem ainda mais dos meios de produção, do controlo sobre os recursos e condicionarem cada vez mais o desenvolvimento e emancipação dos povos. Um processo que resulta em maior concentração de riqueza, em mais poder e menos democracia e menor capacidade de resposta e de oposição.

Perante estes cenários as contestações e revoltas que um pouco por toda a Europa e fora dela se manifestam, demonstrações populares muitas vezes concertadas a nível internacional, como foi caso da grande jornada de Contestação europeia do passado dia 14 de Novembro, mobilizam cada vez mais cidadãos e demonstram que a possibilidade de concertação dos povos é possível e tem efeitos.

Portugal tem estado permanentemente sob o protesto civil e popular de forma organizada ou de forma espontânea. Todas as semanas os portugueses têm vindo para a rua clamando o fim da austeridade e das políticas neoliberais, o fim dos ataques aos direitos, às reduções salariais, às privatizações e ao desmantelamento e venda a retalho do país. Tem sido unânime a luta pela salvaguarda da nossa soberania, pela necessidade de relançar a nossa economia pela criação de emprego e pela produção nacional e pela necessidade de recuperar setores vitais como a agricultura, as pescas e a indústria. É certo que não podemos menosprezar os meios de difusão de mensagens e ideias que as novas tecnologias nos oferecem nomeadamente as redes sociais, mas a contestação não pode ficar pela disseminação de mensagens no facebook por entre os chamados amigos, pela partilha de chavões contestatários e de opiniões mais ou menos elaboradas de contestação e denuncia da “falsa recuperação do país” e esperar ver cumprida a nossa quota parte na contestação.

Da mesma forma não podemos esperar que vir para a rua é suficiente para mudar este rumo de políticas. Estas demonstrações e manifestações são importantíssimas para demonstrar o descontentamento e que há disponibilidade para lutar. Construir uma alternativa sólida e capaz começa por aqui mas precisa de organização e de concertação.

É certamente um processo lento e de percursos não lineares, moroso e doloroso. Mas esse processo começa a ganhar consistência e todos nós temos um papel a desempenhar. Estar disponível para a luta e para assumir responsabilidades, não ficar à espera que sejam os outros a resolver os problemas por nós mas fazer parte dessa resolução, em conjunto e de forma concertada.

A luta organiza é sempre mais consequente e com resultados mais duradouros que a ação espontânea e pessoal.

As eleições autárquicas que se aviznam são também elas uma forma de luta e de contestação às medidas que estão a ser tomadas e postas em práticas. São também elas uma forma de participar na democracia e no processo de romper a austeridade e cortar com o Pacto firmado entre PSD, CDS e PS e a Troika estrangeira e que está a estrangular o país.

Estar disponível para ser candidato, participar na campanha e no esclarecimento, participar nas iniciativas promovidas pelo PEV e pela CDU é também desta forma dar um forte contributo a uma alternativa credível.

A forte mobilização da sociedade é também um contributo das forças e dos militantes que compõem a CDU.

Victor Cavaco  
Dirigente Nacional do PEV



# Decorreu em Almada o 3º Agir Local



Sob o lema “Agir com as Populações, Defender o Poder Local” decorreu, no museu da Cidade de Almada, o 3º Agir Local, Encontro de autarcas e ativistas do PEV.

O encontro contou com a participação de vereadores, deputados municipais, eleitos nas freguesias, dirigentes e ativistas do PEV.



Neste ano de grandes lutas e de eleições autárquicas Os Verdes debateram as alterações à legislação autárquica e a reconfiguração do mapa das autarquias e o atentado à democracia que isso representa, assim como as alterações às finanças locais e às atribuições das

autarquias. Estratégias que exigidas pela Troika demonstram a ingerência no nosso sistema democrático, uma ingerência que nada tem a ver com a regularização das contas nacionais, mas antes com a estratégia de diminuir a nossa democracia e dificultar ainda mais a participação pública e o controlo democrático das instituições.

Neste encontro Os Verdes reafirmaram a defesa do Poder Local Democrático, uma das grandes conquistas do 25 de Abril de 1974, como um espaço privilegiado de participação e de proximidade entre o poder democrático eleito e as populações. Defenderam a manutenção das atuais freguesias, com profundas ligações históricas às populações, e afirmaram a luta pela reposição da divisão administrativa atual, pelo respeito da identidade cultural das populações. O papel e a importância dos Órgãos Autárquicos na administração do território, assim como a ação local na organização do país são entendidos pelos Verdes como fatores determinantes no desenvolvimento do país e das nossas comunidades.

Questões como a defesa da Água pública e a campanha do PEV contra a privatização deste bem, que arranca a 22 de Março, a Mobilidade no espaço urbano e nas áreas metropolitanas e a viciada forma de financiar os transportes públicos que sempre favorece os operadores privados e que as autoridades insistem em assim manter foram também alvo de debate.

Outras questões como a participação e envolvimento das populações na administração local, a educação, cultura e juventude marcaram o debate.

As experiências autárquicas foram alvo de alguns balanços e debate, em Lisboa, na Moita, em Almada, Porto e Braga, Almeirim, entre outros.

O tempo não foi suficiente para enquadrar todas as vontades de intervenção no entanto a riqueza e abrangência de assuntos tocados espelharam a capacidade de intervenção do PEV e a oportunidade das nossas propostas enquanto formas de emancipação da sociedade e de mobilização da ação.

No final do encontro foi ainda aprovada uma Declaração refletindo a posição dos Verdes sobre Poder e Ação Local.



- Desejo aderir ao Partido Ecologista Os Verdes
- Desejo participar em iniciativas de Os Verdes
- Desejo receber regularmente a Folha Verde

FOLHA VERDE 80



Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal: - -

Contacto Telef.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Envie-nos este formulário para a sede do PEV. Rua Borges Carneiro, nº 38, R/C Esq. - 1200-619 Lisboa. Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.